



ALAMEDA RIO PRETO, 752, SALA 01-A - TAMBORÉ – BARUERI - SP
CEP: 06460-050 - FONE (11) 5033-5111 - CNPJ: 01.812.515/0001-59 – I.E: 206.634.100.117

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025 – SEAPE/DF ITEM 03 – APARELHO DE BARBEAR

Recorrente:

STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 01.812.515/0001-59

Recorrida:

AGW COMEX HOSPITALAR LTDA
CNPJ nº 21.333.449/0001-41

I – DOS FATOS

A empresa **STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, participante do Pregão Eletrônico nº 90021/2025, vem, respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que declarou vencedora do **Item 03 – Aparelho de Barbear** a empresa **AGW COMEX HOSPITALAR LTDA**, a qual ofertou produto da marca **IAMO**, por preço manifestamente **incompatível com a realidade do mercado e com elevado risco de inexecuibilidade**.

A Recorrente atua diretamente como **empresa importadora**, possuindo amplo conhecimento técnico acerca da **formação de preços, custos de importação, variação cambial, logística internacional e nacional, carga tributária e margens mínimas de sustentabilidade**, o que permite afirmar, com segurança, que o preço ofertado pela empresa vencedora **não se mostra viável para atendimento regular e integral do objeto licitado**.

II – DA INEXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO

Nos termos do **art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, devem ser desclassificadas propostas que apresentem **preços inexecuíveis** ou que **não demonstrem viabilidade real de execução**.

O valor ofertado pela empresa **AGW COMEX HOSPITALAR LTDA** não se sustenta frente aos custos reais do mercado, especialmente considerando:

- tratar-se de produto de **origem estrangeira**;
- custos de importação, câmbio e logística;
- tributos incidentes;
- custos operacionais e financeiros;
- volume expressivo do item (**432.960 unidades**);
- prazo de entrega reduzido (**30 dias**).

ALAMEDA RIO PRETO, 752, SALA 01-A - TAMBORÉ – BARUERI - SP

CEP: 06460-050 - FONE (11) 5033-5111 - CNPJ: 01.812.515/0001-59 – I.E: 206.634.100.117

Como **importadora**, a Recorrente declara que **não é possível fornecer o produto com as especificações exigidas pelo edital pelo valor ofertado**, sem comprometer a execução contratual, o que evidencia **risco concreto de inadimplemento futuro**.

III – DA INSUFICIÊNCIA DE PLANILHA UNILATERAL PARA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

Importante destacar que a eventual apresentação **exclusiva de planilha de custos elaborada unilateralmente pela empresa vencedora não comprova exequibilidade**, uma vez que **mera declaração de preços não possui validade fiscal nem probatória**.

Planilhas desacompanhadas de **documentos fiscais ou comerciais idôneos** não demonstram:

- efetiva capacidade de aquisição do produto;
- existência de contratos com fabricantes, importadores ou distribuidores;
- disponibilidade de estoque;
- viabilidade logística no prazo exigido.

A comprovação de exequibilidade **exige lastro documental concreto**, tais como **notas fiscais, contratos comerciais, proformas, pedidos de compra ou comprovação de estoque**, sendo insuficiente a simples declaração unilateral de custos, sob pena de se admitir proposta artificialmente reduzida.

A aceitação de planilha sem respaldo documental **fragiliza a análise técnica**, expõe a Administração ao risco de inadimplemento e **contraria os princípios da segurança jurídica, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

IV – DO HISTÓRICO RECENTE DE INADIMPLEMENTO EM CONTRATAÇÃO ANTERIOR DA PRÓPRIA SEAPE/DF

Ressalte-se, ainda, fato extremamente relevante: **em contratação anterior de aparelhos de barbear, a própria SEAPE/DF foi vítima de inadimplemento contratual**, em razão de **fornecedor que não cumpriu integralmente a última entrega pactuada**.

Tal histórico recente demonstra que o objeto licitado **possui elevado risco de fornecimento**, sobretudo quando associado a **propostas com preços excessivamente reduzidos**, que não comprovam capacidade real de atendimento.

Esse contexto reforça a necessidade de **análise rigorosa da exequibilidade**, a fim de evitar a repetição de falhas já experimentadas pela própria Administração.

V – DA NECESSIDADE DE AUDITORIA DE ESTOQUE E PREVISIBILIDADE DE ENTREGA

Diante do histórico mencionado e do preço ofertado, mostra-se **razoável, proporcional e necessária** a adoção de medidas preventivas, tais como:



STORAGE &
LOGISTICS

ALAMEDA RIO PRETO, 752, SALA 01-A - TAMBORÉ – BARUERI - SP

CEP: 06460-050 - FONE (11) 5033-5111 - CNPJ: 01.812.515/0001-59 – I.E: 206.634.100.117

- **auditoria de estoque** do fornecedor vencedor;
- verificação da **capacidade imediata de fornecimento**;
- análise da **previsibilidade real de entrega**, compatível com o volume e prazo exigidos.

Tais medidas encontram respaldo nos princípios da **precaução administrativa, eficiência, continuidade do serviço público e proteção do interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021, não representando ônus excessivo ao licitante, mas sim **medida preventiva legítima** diante de risco concreto.

VI – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a Recorrente:

1. **O conhecimento e provimento do presente recurso;**
2. **A realização de diligência técnica aprofundada**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com a exigência de comprovação documental da exequibilidade da proposta apresentada pela empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA, incluindo, no mínimo:
 - auditoria de estoque;
 - comprovação da capacidade imediata de fornecimento;
 - demonstração da previsibilidade real de entrega compatível com o volume e prazo exigidos;
 - apresentação de documentos fiscais e comerciais idôneos que deem lastro aos custos declarados;
3. **Caso as diligências confirmem a inexecuibilidade da proposta**, seja promovida a **desclassificação da empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA no Item 03**, com a consequente convocação da próxima colocada, observada a ordem de classificação.

Barueri/SP, 15 de Janeiro de 2026

STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 01.812.515/0001-59

01.812.515/0001-59

STORAGE & LOGISTICS IMP E EXP LTDA

AL RIO PRETO, 752 SL 01 A
TAMBORÉ – CEP 06.460-050

BARUERI / SP



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal
Diretoria de Planejamento de Contratações e Licitações
Unidade de Licitações

Relatório Nº 2/2026 – SEAPE/SUAG/COAD/DILIC/UNILIC

Brasília, 21 de janeiro de 2026.

PROCESSO: 04026-00043473/2023-41

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025 - SEAPE/DF.

OBJETO: Registro de preço para futura aquisição de **material de uso individual, coletivo e de limpeza das celas, blocos e pátios**, a fim de atender às necessidades desta Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal – SEAPE/DF.

ASSUNTO: Relatório de Recurso Administrativo apresentado ao pregão em referência.

RECORRENTE: STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

RECORRIDA: AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de análise de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela licitante STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA , CNPJ nº 01.812.515/0001-59, para o item 03 (aparelho de barbear) alusivo ao Pregão Eletrônico nº 90021/2025 - SEAPE/DF.

1.2. A recorrida AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF, CNPJ nº 21.333.449/0001-41, não apresentou contrarrazões.

1.3. Assim, a peça recursal cumpre o requisito de admissibilidade previstos na legislação, pelo que se passa à análise de suas alegações.

1.4. É importante destacar que nessa análise não serão reproduzidos o inteiro teor do recursos, contudo, a íntegra dos documentos encontra-se disponível para consulta no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br e no Portal da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAPE, link <https://seape.df.gov.br/licitacao-pe-90021-2025-seape-df/>.

2. DAS RAZÕES DE RECURSO

2.1. A Recorrente STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA , CNPJ nº 01.812.515/0001-59, apresentou recurso administrativo contra a decisão da Pregoeira que habilitou a Recorrida no certame, no qual requer que a empresa seja inabilitada, baseando-se, resumidamente, nos seguintes pontos:

(...)

O valor ofertado pela empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA não se sustenta frente aos custos reais do mercado, especialmente considerando:

- . tratar-se de produto de origem estrangeira;
- . custos de importação, câmbio e logística;
- . tributos incidentes;
- . custos operacionais e financeiros;
- . volume expressivo do item (432.960 unidades);
- . prazo de entrega reduzido (30 dias).

Como importadora, a Recorrente declara que não é possível fornecer o produto com as especificações exigidas pelo edital pelo valor ofertado, sem comprometer a execução contratual, o que evidencia risco concreto de inadimplemento futuro.

(...)

Importante destacar que a eventual apresentação exclusiva de planilha de custos elaborada unilateralmente pela empresa vencedora não comprova exequibilidade, uma vez que mera declaração de preços não possui validade fiscal nem probatória

(...)

A comprovação de exequibilidade exige lastro documental concreto, tais como notas fiscais, contratos comerciais, proformas, pedidos de compra ou comprovação de estoque, sendo insuficiente a simples declaração unilateral de custos, sob pena de se admitir proposta artificialmente reduzida.

A aceitação de planilha sem respaldo documental fragiliza a análise técnica, expõe a Administração ao risco de inadimplemento e contraria os princípios da segurança jurídica, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

(...)

Diante do histórico mencionado e do preço ofertado, mostra-se razoável, proporcional e necessária a adoção de medidas preventivas, tais como:

- . auditoria de estoque do fornecedor vencedor;
- . verificação da capacidade imediata de fornecimento;
- . análise da previsibilidade real de entrega, compatível com o volume e prazo exigidos.

(...)

VI – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a Recorrente:

1. O conhecimento e provimento do presente recurso;
2. A realização de diligência técnica aprofundada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com a exigência de comprovação documental da exequibilidade da proposta apresentada pela empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA, incluindo, no mínimo: o auditoria de estoque; o comprovação da capacidade imediata de fornecimento; o demonstração da previsibilidade real de entrega compatível com o volume e prazo exigidos; o apresentação de documentos fiscais e comerciais idôneos que deem lastro aos custos declarados;
3. Caso as diligências confirmem a inexecuibilidade da proposta, seja promovida a desclassificação da empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA no Item 03, com a consequente convocação da próxima colocada, observada a ordem de classificação.

3. DAS CONTRARRAZÕES

- 3.1. A recorrida AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF, CNPJ nº 21.333.449/0001-41, não apresentou contrarrrazões.

4. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

- 4.1. Inicialmente, cumpre registrar que os atos praticados pela Pregoeira na condução do Pregão Eletrônico nº 90021/2025 – SEAPE/DF, bem como a atuação da Equipe de Apoio, observaram rigorosamente a legalidade, os princípios que regem o procedimento licitatório e as disposições expressamente previstas no Instrumento Convocatório.

- 4.2. A Recorrente insurge-se contra a decisão que declarou vencedora a empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA, requerendo, em síntese, a realização de diligência técnica aprofundada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com a exigência de comprovação documental da exequibilidade da proposta apresentada, incluindo auditoria de estoque, comprovação da capacidade imediata de

fornecimento, demonstração da previsibilidade real de entrega compatível com o volume e o prazo exigidos, bem como a apresentação de documentos fiscais e comerciais que dessem lastro aos custos declarados.

4.3. Todavia, a pretensão recursal não encontra respaldo legal nem editalício, especialmente diante das características do certame, uma vez que o Pregão em análise adota o Sistema de Registro de Preços – SRP, cuja natureza jurídica não exige aquisição imediata nem impõe ao licitante a manutenção prévia de estoque integral. A exigência de auditoria de estoque ou de comprovação de disponibilidade imediata de fornecimento, além de não prevista no Edital, configuraria imposição excessiva e desarrazoada, apta a restringir indevidamente a competitividade e a contrariar os princípios da razoabilidade e da ampla participação dos licitantes.

4.4. Ressalte-se, ainda, que a empresa Recorrida apresentou inúmeros Atestados de Capacidade Técnica, comprovando experiência prévia na execução de objetos compatíveis com o licitado, atendendo integralmente aos requisitos de habilitação exigidos no certame.

4.5. A Recorrente também sustenta, em suas razões, que em contratação anterior envolvendo aparelhos de barbear a própria SEAPE/DF teria enfrentado inadimplemento contratual por parte de fornecedor que não cumpriu integralmente a última entrega pactuada. Contudo, tal alegação não se revela juridicamente apta a fundamentar a desclassificação da proposta vencedora no presente certame.

4.6. Com efeito, eventual risco de inadimplemento futuro não constitui critério legal ou editalício para a exclusão de proposta, uma vez que o risco do negócio é inerente ao licitante e integra a álea normal das contratações públicas, não sendo juridicamente admissível sua antecipação como fundamento eliminatório. O regime jurídico-administrativo reserva à fase de execução contratual a apuração de eventual descumprimento, hipótese em que a Administração Pública dispõe de instrumentos adequados para a proteção do interesse público, por meio do exercício do seu poder sancionador, com a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.7. Nos termos do art. 59, inciso III e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a desclassificação de proposta por inexecuibilidade não pode ocorrer de forma sumária, devendo ser oportunizada ao licitante a demonstração da viabilidade econômica do valor ofertado. O próprio Edital do certame disciplina a matéria ao prever que, diante de indícios de inexecuibilidade, cabe ao Pregoeiro proceder à análise da proposta e, se necessário, instaurar diligência para que a empresa comprove a exequibilidade do preço apresentado.

4.8. Em estrita observância ao disposto no item 7.8 do Edital e aos princípios da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa, esta Pregoeira, ainda durante a condução do certame, solicitou esclarecimentos acerca da exequibilidade da proposta por meio do chat do sistema, os quais foram devidamente prestados pela licitante, que confirmou a viabilidade do preço ofertado. Ademais, juntamente com o envio da proposta, foram apresentados comprovantes relativos à composição dos custos, consubstanciados em planilha detalhada, razão pela qual, naquele momento, entendeu-se pelo atendimento das exigências editalícias e pela aceitação da proposta.

4.9. Não obstante, diante da interposição do recurso, instaurou-se diligência técnica complementar, a fim de oportunizar à licitante vencedora a comprovação da exequibilidade do preço ofertado à luz das alegações apresentadas. Em resposta, a empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA apresentou o Orçamento nº 2985, emitido pela fabricante IAMO Comércio de Cosméticos, datado de 07/01/2026, documento que evidencia a existência de condições comerciais diferenciadas junto ao fabricante, aptas a justificar o valor ofertado no certame.

4.10. O referido documento mostra-se idôneo, pertinente e suficiente para lastrear a exequibilidade da proposta, inexistindo qualquer indício de falsidade, inconsistência ou erro que pudesse comprometer sua validade ou credibilidade.

4.11. O entendimento do Tribunal de Contas da União é pacífico no sentido de que a exclusão de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falha grave, porquanto os custos de produção e fornecimento incidem de forma distinta sobre cada empresa, a depender de sua estrutura, estratégia comercial e condições negociais, conforme assentado no

4.12. No caso concreto, a Recorrida apresentou orçamento emitido pela própria fabricante do

produto, o que reforça a plausibilidade econômica da proposta e demonstra sua capacidade de cumprir o objeto nos termos ofertados. Cumpre destacar, ainda, que a responsabilidade pela proposta apresentada é exclusiva do licitante, de modo que eventual risco econômico assumido não se transfere ao Poder Público, o qual, em caso de inadimplemento, poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a rescisão contratual e a aplicação das sanções legais.

4.13. Dessa forma, afasta-se a alegação de inexecutabilidade, uma vez que a licitante logrou comprovar a viabilidade de sua proposta e apresentou, na fase de habilitação, atestados de capacidade técnica que demonstram a execução prévia de objetos semelhantes ao licitado. No presente caso, a empresa Recorrida ofertou seu melhor preço, confirmou sua executabilidade e assumiu o compromisso de fornecer o objeto nas especificações e condições descritas, ciente das sanções a que estará sujeita em caso de descumprimento.

4.14. Restou, portanto, atendida a finalidade do certame, tendo sido declarada vencedora a licitante que cumpriu os requisitos mínimos de habilitação e apresentou a proposta de menor preço. O afastamento da proposta mais vantajosa, com base em alegações que não se mostram substanciais ou juridicamente sustentáveis, deve ser rechaçado.

4.15. Diante do exposto, conclui-se que não houve prejuízo à comprovação da executabilidade da proposta, não se sustentando a argumentação apresentada pela Recorrente, uma vez que inexistente suporte fático ou jurídico que justifique a inabilitação da empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA, sendo incabível a imposição de exigências não previstas no Edital, sob pena de violação aos princípios que regem o procedimento licitatório.

4.16. Resta evidenciado, assim, que a atuação desta Pregoeira não merece reforma, devendo ser prestigiados os princípios da economicidade, da competitividade e do interesse público. Por fim, registra-se que a presente manifestação não vincula a decisão superior quanto à adjudicação e homologação do item, limitando-se a apresentar a contextualização fática e documental constante dos autos, a fim de subsidiar a análise e decisão da Autoridade Administrativa Superior.

5. CONCLUSÃO

Isto posto, RESOLVO:

- 1) **RECEBER** e **CONHECER** o Recurso da Empresa STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 01.812.515/0001-59, visto ser tempestivo;
- 2) **MANTER** a decisão que habilitou a Empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF, CNPJ nº 21.333.449/0001-41, por não encontrar justificativa que desabonasse a aceitação e habilitação da Recorrida.
- 3) **ENCAMINHAR** os autos instruídos com o presente relatório à Autoridade Competente para julgamento desta decisão, bem como para a adjudicação e a homologação do item, se for o caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIANA KALIL RESENDE MAIA - Matr.0192241-6, Pregoeiro(a)**, em 22/01/2026, às 14:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **192725377** código CRC= **B3AD10F1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBS Quadra 02 Bloco G Lote 13, Brasília-DF - Bairro Setor Bancário Sul - CEP 70070-120 -
Telefone(s):



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal

Subsecretaria de Administração Geral

Decisão n.º 8/2026 - SEAPE/SUAG

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2026.

PROCESSO: 04026-00042315/2025-35

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90021/2025 - SEAPE/DF

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene, de asseio pessoal, de limpeza e de cama, destinados ao atendimento das demandas das pessoas privadas de liberdade do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

RECORRENTE: STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

RECORRIDA: AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF.

REFERÊNCIA: Item 3.

ASSUNTO: Decisão em Recurso Administrativo.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso administrativo (192840901) interposto pela empresa STORAGE & LOGISTICS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, em face da decisão que declarou vencedora do Item 03 – Aparelho de Barbear a empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA, a qual ofertou produto da marca IAMO, por preço manifestamente incompatível com a realidade do mercado e com elevado risco de inexecuibilidade.
2. A Recorrente sustenta, em síntese, as seguintes alegações: (i) inexecuibilidade do preço ofertado; (ii) da insuficiência de planilha unilateral para comprovação da exequibilidade; (iii) do histórico recente de inadimplemento em contratação anterior da própria SEAPE/DF e (iv) da necessidade de auditoria de estoque e previsibilidade de entrega.
3. Após a devida análise técnica (192725377, foi destacado que:

"Todavia, a **pretensão recursal não encontra respaldo legal nem editalício**, especialmente diante das características do certame, uma vez que o Pregão em análise adota o Sistema de Registro de Preços – SRP, cuja natureza jurídica não exige aquisição imediata nem impõe ao licitante a manutenção prévia de estoque integral. A exigência de auditoria de estoque ou de comprovação de disponibilidade imediata de fornecimento, além de não prevista no Edital, configuraria imposição excessiva e desarrazoada, apta a restringir indevidamente a competitividade e a contrariar os princípios da razoabilidade e da ampla participação dos licitantes.

Ressalte-se, ainda, que a **empresa Recorrida apresentou inúmeros Atestados de Capacidade Técnica, comprovando experiência prévia na execução de objetos compatíveis com o licitado, atendendo integralmente aos requisitos de habilitação exigidos no certame.**

A Recorrente também sustenta, em suas razões, que em contratação anterior envolvendo aparelhos de barbear a própria SEAPE/DF teria enfrentado inadimplemento contratual por parte de fornecedor que não cumpriu integralmente a última entrega pactuada. **Contudo, tal alegação não se revela juridicamente apta a fundamentar a desclassificação da proposta vencedora no presente certame.**

Com efeito, **eventual risco de inadimplemento futuro não constitui critério**

legal ou editalício para a exclusão de proposta, uma vez que o risco do negócio é inerente ao licitante e integra a álea normal das contratações públicas, não sendo juridicamente admissível sua antecipação como fundamento eliminatório. O regime jurídico-administrativo reserva à fase de execução contratual a apuração de eventual descumprimento, hipótese em que a Administração Pública dispõe de instrumentos adequados para a proteção do interesse público, por meio do exercício do seu poder sancionador, com a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nos termos do art. 59, inciso III e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, **a desclassificação de proposta por inexecuibilidade não pode ocorrer de forma sumária, devendo ser oportunizada ao licitante a demonstração da viabilidade econômica do valor ofertado.** O próprio Edital do certame disciplina a matéria ao prever que, diante de indícios de inexecuibilidade, cabe ao Pregoeiro proceder à análise da proposta e, se necessário, instaurar diligência para que a empresa comprove a exequibilidade do preço apresentado.

Em estrita observância ao disposto no item 7.8 do Edital e aos princípios da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa, esta Pregoeira, ainda durante a condução do certame, **solicitou esclarecimentos acerca da exequibilidade da proposta por meio do chat do sistema, os quais foram devidamente prestados pela licitante, que confirmou a viabilidade do preço ofertado.** Ademais, juntamente com o envio da proposta, foram apresentados comprovantes relativos à composição dos custos, consubstanciados em planilha detalhada, razão pela qual, naquele momento, entendeu-se pelo atendimento das exigências editalícias e pela aceitação da proposta.

Não obstante, diante da interposição do recurso, instaurou-se diligência técnica complementar, a fim de oportunizar à licitante vencedora a comprovação da exequibilidade do preço ofertado à luz das alegações apresentadas. **Em resposta, a empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA apresentou o Orçamento nº 2985, emitido pela fabricante IAMO Comércio de Cosméticos, datado de 07/01/2026, documento que evidencia a existência de condições comerciais diferenciadas junto ao fabricante, aptas a justificar o valor ofertado no certame.**

O referido documento mostra-se idôneo, pertinente e suficiente para lastrear a exequibilidade da proposta, inexistindo qualquer indício de falsidade, inconsistência ou erro que pudesse comprometer sua validade ou credibilidade."

(...)

"No caso concreto, a Recorrida apresentou orçamento emitido pela própria fabricante do produto, o que reforça a plausibilidade econômica da proposta e demonstra sua capacidade de cumprir o objeto nos termos ofertados. **Cumprido destacar, ainda, que a responsabilidade pela proposta apresentada é exclusiva do licitante, de modo que eventual risco econômico assumido não se transfere ao Poder Público, o qual, em caso de inadimplemento, poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a rescisão contratual e a aplicação das sanções legais.**"

Dessa forma, afasta-se a alegação de inexecuibilidade, uma vez que a licitante **logrou comprovar a viabilidade de sua proposta e apresentou, na fase de habilitação, atestados de capacidade técnica que demonstram a execução prévia de objetos semelhantes ao licitado.** No presente caso, a empresa Recorrida ofertou seu melhor preço, confirmou sua exequibilidade e assumiu o compromisso de fornecer o objeto nas especificações e condições descritas, ciente das sanções a que estará sujeita em caso de descumprimento.

Restou, portanto, atendida a finalidade do certame, **tendo sido declarada vencedora a licitante que cumpriu os requisitos mínimos de habilitação e apresentou a proposta de menor preço.** O afastamento da proposta mais vantajosa, com base em alegações que não se mostram substanciais ou juridicamente sustentáveis, deve ser rechaçado.

Diante do exposto, conclui-se que **não houve prejuízo à comprovação da exequibilidade da proposta, não se sustentando a argumentação apresentada**

pela Recorrente, uma vez que inexistente suporte fático ou jurídico que justifique a inabilitação da empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA, sendo incabível a imposição de exigências não previstas no Edital, sob pena de violação aos princípios que regem o procedimento licitatório."

Resta evidenciado, assim, que a atuação desta Pregoeira não merece reforma, devendo ser prestigiados os princípios da economicidade, da competitividade e do interesse público. Por fim, registra-se que a presente manifestação não vincula a decisão superior quanto à adjudicação e homologação do item, limitando-se a apresentar a contextualização fática e documental constante dos autos, a fim de subsidiar a análise e decisão da Autoridade Administrativa Superior."

4. Dessa forma, o Relatório Técnico concluiu que as alegações da Recorrente não se sustentam sob o aspecto técnico, **inexistindo fundamentos que justifiquem a reforma do ato que classificou a proposta da empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF**, a qual se mantém como a proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração.

5. Diante do exposto, com fundamento nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, **DECIDO CONHECER do recurso administrativo e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, acolhendo integralmente a análise constante do Relatório Nº 2/2026 – SEAPE/SUAG/COAD/DILIC/UNILIC (192725377), elaborado pela Pregoeira responsável, o qual adoto como razão de decidir, para **MANTER** a decisão que habilitou a empresa AGW COMEX HOSPITALAR LTDA DF, CNPJ nº 21.333.449/0001-41, relativamente ao **Item 3** do certame, restando o referido item **apto à adjudicação e à homologação**, nos termos da legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **RAÍSSA WINTER DE CARVALHO - Matr.0196622-7, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 23/01/2026, às 18:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **192982582** código CRC= **A237F899**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBS Quadra 02 Bloco G Lote 13, Brasília-DF - Bairro Setor Bancário Sul - CEP 70070-120 - DF

Telefone(s):

Sítio - www.seape.df.gov.br